

# O Congresso não entendeu a mensagem das urnas

Nunca antes em nossa História, um Legislativo teve a soma de poderes, as atribuições, os benefícios e a força de decisão do Congresso Nacional que emergiu da Assembléia Nacional Constituinte. Os mesmos legisladores que votaram esse aumento de poder como constituintes, beneficiaram-se dele como deputados e senadores. Agora, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ulysses Guimarães, afirma a um grupo de parlamentares que não pretende convocar uma sessão extraordinária durante o recesso legislativo que começa em 16 de dezembro e termina em 14 de fevereiro, por temer que o Congresso "fique ainda mais desmoralizado", diante da provável falta de quórum nas sessões extraordinárias. Nos últimos dias, os poucos parlamentares que compareceram às sessões, protestavam contra os "ausentes", "omissos" e "relapsos" que permaneceram em seus Estados. Apesar dessas dificuldades, a Câmara conseguiu votar quinta-feira lei complementar que inclui os novos municípios no fundo de participação que engloba todos eles.

A partir de amanhã, os líderes dos partidos prometem iniciar a votação de projetos de lei referentes a salário mínimo, direito de greve, tabelamento de juros em 12% e regras para a eleição presidencial, além da nova lei do inquilinato. Até agora, a justificativa desses líderes para a falta repetida de quórum recaía no fato de o regimento interno não ter sido votado na comissão e remetido a plenário. Quanto às leis que vão regulamentar os direitos instituídos pela nova Constituição, mais de 200, ninguém acredita que sejam votadas antes do carnaval, desde que a reunião do colégio de líderes foi mais uma vez inviabilizada pela ausência de representantes do PDS e do PFL, que não queriam votar matéria constitucional sem o regimento da Câmara aprovado. A presença insuficiente de congressistas em Brasília, no entanto, tem sido a principal causa das preocupações do deputado Ulysses Guimarães, e motivo da sua decisão de não convocar sessões extraordinárias do Congresso durante o recesso parlamentar.

Essa evidente indisposição para o trabalho por parte dos parlamentares, quando há tanto o que fazer e tão urgentes são os problemas, contrasta com o empenho manifestado por eles próprios durante a discussão e a votação da Carta que hoje está em vigor. A partir da sua promulgação, passou para a competência do Congresso a transferência ou a modificação da receita prevista na proposta orçamentária, desde que indicada a origem dos recursos, o que vai demandar dos parlamentares tempo e dedicação. Além disso, a Câmara e o Senado poderão rejeitar acordos e atos internacionais, decidirão sobre concessões de rádio e televisão, terão de escolher seis dos nove ministros do Tribunal de Contas da União e poderão legislar livremente sobre matéria financeira. E agora, que essas tarefas que eles chamaram a si devem ser iniciadas, não há quórum e os adiamentos se sucedem por injunções políticas, ou devido ao boicote de grupos que fazem do immobilismo legislativo uma forma de chantagem política. No que respeita às leis que vão regulamentar dispositivos aprovados na Constituição — como salário mínimo, direito de greve e tabelamento de juros a 12% — o propósito é antecipar sua votação ao recesso que começa em dezembro, mas há muito ceticismo entre os congressistas, e principalmente junto aos membros da Mesa que preside os trabalhos, de que se consiga isso antes da metade de fevereiro, quando começa a nova legislatura.

Entre os projetos que têm urgência está o que determina a criação de depósitos de resíduos radioativos e o que altera a legislação do imposto de renda, ambos enviados pelo Executivo ao Congresso. As comissões técnicas das duas casas legislativas também têm lutado com o problema de presença dos seus membros — exatamente elas, que receberam atribuições da nova Carta de aprovar leis, dispensada a votação em plenário e de promover inquéritos com poderes até então concedidos apenas às autoridades judiciárias. E o Congresso está encarregado agora de examinar as medidas provisórias de emergência que o Executivo poderá enviar-lhe a qualquer momento, tendo para isso o prazo de um mês. Todos os decretos-leis baixados pelo presidente da República depois de 3 de setembro foram e serão automaticamente considerados medidas provisórias, devendo ser aprovados ou não pelo Legislativo, no prazo de 30 dias. Esse Congresso que terá agora de aprovar os nomes de eventuais diretores do Banco do Brasil e o do procurador-geral da República, que deverá aprovar ou rejeitar acordos internacionais, inclusive com o FMI, e que pode derrubar o veto presidencial por dois terços dos seus membros, esse Congresso devia ter começado a trabalhar imediatamente após a promulgação da nova Constituição — ou pelo menos logo após o encerramento da campanha municipal nos Estados. Em vez disso, há só uma vaga promessa de "esforço concentrado" para os últimos dias de novembro e um projeto de trabalho sério para depois do carnaval.

Com poderes, direitos e prerrogativas devidamente aumentados na nova Constituição, o Congresso Nacional não ampliou seus deveres nem limitou seus gastos, que se saiba, em meio à enorme crise que abala o país. Seus 9.243 funcionários — dos quais 5.368 servem no Senado e 3.875 na Câmara dos Deputados — tiveram garantidas suas folhas de pagamento, apesar de ser generalizada a opinião, nos corredores do próprio Congresso, de que metade desse pessoal não tem o que fazer nas salas confortáveis e bem iluminadas da burocracia parlamentar brasileira. Um ex-diretor do Senado informou há pouco aos jornais que 40% desses servidores são dispensáveis e 20% deles sequer trabalham — cerca de dois mil funcionários que comparecem apenas para receber seus proventos, no fim do mês. Esse quadro melancólico é gerador de irritação e revolta, acentuadas quando se lembra o quanto os congressistas lutaram, então como constituintes, para conquistar força e importância em relação aos outros poderes da União, o que conseguiram plenamente. Tudo leva a crer, diante desses fatos, que os congressistas que fizeram a atual Constituição — que ainda precisa de mais de 200 leis complementares para funcionar — queriam apenas ficar com a força de decisão que confere prestígio, deixando de lado o trabalho que corresponde a essa responsabilidade. É o velho e traumático problema brasileiro, dos que querem ter todos os direitos e dispensam os deveres correspondentes. A Nação está revoltada demais para perdoar essa irresponsabilidade. Não foi essa a mensagem das urnas?

NOTÍCIA DA TARDE

28 NOV 1988